



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17.ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90.002/2026

PAe nº 0000192-15.2025.5.17.0500
CONTRATANTE (080019)
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17.ª REGIÃO

OBJETO

Formação de Ata de Registro de preços para contratação eventual de empresa para **prestação de serviços relacionados à organização de eventos (transporte de pessoas, cerimonial, audiodescrição, ornamentação de ambientes e fotografia)**, conforme especificações, quantidades, e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado da contratação é de **R\$856.029,15** (oitocentos e cinquenta e seis mil vinte e nove reais e quinze centavos), para **12 meses** de contratação.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **26/06/2026 às 13h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior desconto

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do TRT 17ª Região pelo endereço [https://www.gov.br/compras/selecionando/as/opcoes/Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “080019”](https://www.gov.br/compras/selecionando/as/opcoes/Consultas/Pregoes/Em%20andamento/Cod.UASG/080019). O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Compras.gov.br e no endereço www.trtes.jus.br, opção transparência /Licitações.

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	4
3. DO CREDENCIAMENTO	4
4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	8
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	11
7. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	12
8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES	13
9. DA FASE DE JULGAMENTO	19
10. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	22
11. DOS RECURSOS	34
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	35
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	38
14. DA EFETIVAÇÃO DO CONTRATO.....	39
15. DA CONSULTA AO CADIN E IMPEDIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP	39
16. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e CADASTRO DE RESERVA.....	41
17. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	42
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	46

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17.ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026

Torna-se público que o **Tribunal Regional do Trabalho da 17.ª Região**, localizado na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 1245, Enseada do Suá, Vitória/ES, por intermédio do Pregoeiro, torna público para conhecimento de todos os interessados que, no dia e hora abaixo indicados, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, critério de julgamento **MAIOR DESCONTO**, execução indireta - **empreitada por preço unitário**, para **REGISTRO DE PREÇOS** nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto nº 11.462, de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ENVIO DAS PROPOSTAS, ATÉ:	<u>26/06/2026 às 13horas</u>
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA (DAS PROPOSTAS) e DISPUTA DE LANCES:	<u>26/06/2026 às 13horas</u>
LOCAL DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:	Ambiente eletrônico no Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras
CÓDIGO UASG TRT 17ª Região	080019
REFERÊNCIA DE TEMPO:	Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

1. DO OBJETO

1.1. Formação de Ata de Registro de preços para contratação eventual de empresa para prestação de **serviços relacionados à organização de eventos (transporte de pessoas, cerimonial, audiodescrição, ornamentação de ambientes e fotografia)**, conforme especificações, quantidades, e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **03 LOTES (GRUPOS)** formado por **vários itens**, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens de cada grupo que o compõem os **LOTES**, assim divididos:

Lote (grupo)	Descrição	Valor estimado	Porte da empresa para participação
1	Transporte	R\$291.390,00	Não exclusiva para ME ou EPP
2	Audiodescrição (AD)	R\$29.900,80	Exclusiva para ME ou EPP
3	Cerimonial, fotografia e ornamentação	R\$534.738,35	Não exclusiva para ME ou EPP
Valor total estimado		R\$856.029,15	

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços (**Anexo 8**), e nos **itens 15 a 17** deste Edital, sendo permitidas eventuais adesões.

2.2. Por se tratar de registro de preços, a dotação orçamentária correspondente ocorrerá previamente a cada contratação, sendo o custo total estimado em **R\$856.029,15** (oitocentos e cinquenta e seis mil vinte e nove reais e quinze centavos).

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.2.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Neste certame, o **LOTE 2 (grupo 2) será exclusivo** para participação de MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

4.1.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), conforme o caso.

4.2. Não poderão disputar esta licitação:

4.2.1. Para o lote 2 (grupo 2), empresas que NÃO tenham porte de ME ou EPP;

4.2.2. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.2.1. Pessoa física;

4.2.2. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.2.1. O impedimento de que trata esse item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.2.3. Empresa suspensa de contratar com o TRT 17.^a Região;

4.2.4. Empresas que por qualquer motivo estejam inidôneas ou punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com TRT da 17^a Região;

4.2.5. Empresas que por qualquer motivo estejam inidôneas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal;

4.2.5.1. Incluem-se, aqui, empresas com impedimentos indiretos, registrados no SICAF, se comprovado que a constituição da pessoa jurídica teve como objetivo burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa com quadro societário comum.

4.2.6. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

4.2.7. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

4.2.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.2.11. agente público do órgão licitante;

4.2.11.1. A vedação de que trata esse item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.2.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.2.13. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.14. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.2.15. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.16. Sociedade cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

4.2.17. Cooperativas de mão de obra, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 12.690/2012;

4.2.18. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem

recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, **exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.**

4.3. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.](#)

4.4. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.4.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, ao **PERCENTUAL DE DESCONTO** a ser aplicado de forma linear a todos os itens que compõem o lote, **para 12 meses de contratação**, **para cada lote que participar**, conforme estabelece esse Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da **proposta inicial**, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.4.1. O lote exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte (lote 2), a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para este lote.

5.4.2. No lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (1 e 3), a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5. O licitante **deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade**, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens **5.3** ou **5.4** ou **5.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras

5.12. o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do **item 5.10** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. PERCENTUAL DE DESCONTO, a ser aplicado para todos os itens que compõem o lote (grupo), para 12 meses de contratação (para cada lote em que deseja participar).

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo diferente do previsto para contratação, sob pena de desclassificação.

6.2.2. Os preços de referência do **Anexo 5 não poderão ser alterados**, sob pena de desclassificação da proposta.

6.2.3. NÃO será admitido descontos diferentes para os itens que compõem o lote. O Desconto será igualmente aplicado a todos os itens do lote.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os descontos ofertados tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa)** dias, a contar da data da realização do Pregão.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

7.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2. O lance (desconto) deverá ser ofertado considerando o preço total de cada lote, separadamente).

8.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4. O licitante somente poderá oferecer lance (desconto) superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5. O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.5.1. A eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item acima implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

8.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).**

8.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 (quinze) segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.8.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.8.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.8.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.8.4. Não havendo pelo **menos 03 (três) ofertas** nas condições definidas **neste item**, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.8.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.8.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance (maior desconto) registrado, vedada a identificação do licitante.

8.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

8.15.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.15.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais

licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.15.4. No **caso de equivalência dos valores apresentados** pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, **será realizado sorteio** entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.16.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

8.16.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão **apresentar nova proposta** em ato contínuo à classificação;

8.16.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.16.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.16.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.16.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.16.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.16.2.2. empresas brasileiras;

8.16.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.16.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.16.3. Quando todos os critérios de desempate previstos nos incisos do artigo 60 e §1º da Lei 14.133/21 forem utilizados sem sucesso, será realizado sorteio, pelo próprio sistema (caso o sistema já esteja permitindo), de forma a definir a classificação final, para fins de convocação para apresentação da proposta e documentos de habilitação.

8.16.4. Caso o sistema não realize o sorteio, assim procederemos:

8.16.4.1. O sorteio será realizado em sessão virtual pública em uma plataforma a ser definida (zoom, teams ...) em que todos os interessados poderão assistir, podendo, caso queiram, assistir presencialmente, na sala do Núcleo de Licitação – NULIC -, 10º andar do Edifício sede deste TRT, localizado na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 1245, Enseada do Suá, Vitória/ES;

8.16.4.2. Para a realização do sorteio, todas as empresas participantes do certame serão comunicadas da data e horário, via chat do sistema, sendo a comunicação publicada no portal do TRT17, no respectivo pregão, devendo essa comunicação ocorrer com, no mínimo, 24 horas de antecedência. Caso queiram, poderão estar presentes no endereço deste Regional, constante deste edital;

8.16.4.3. Os sorteios sempre serão realizados entre empresas de mesmo porte;

8.16.4.4. Para fins do sorteio ME e EPP serão consideradas de mesmo porte;

8.16.4.5. Em caso de empate entre mais de uma empresa de porte ME/EPP e mais de uma empresa de porte diferente, serão realizados os sorteios em 2 blocos: 1) sorteio entre as empresas de porte ME/EPP; e 2) sorteio entre as empresas de outro porte, definindo, assim, a classificação final do certame;

8.16.4.6. Em caso de empate entre 01 (uma) empresa de porte ME/EPP e 01(uma) empresa de porte maior, não haverá sorteio, uma vez que a preferência será da ME/EPP, estando já definida a classificação;

8.16.4.7. Em caso de empate entre 01 (uma) empresa de porte ME/EPP e mais de uma empresa de porte maior, não haverá sorteio, para definir o arrematante primeiro a ser convocado para apresentar proposta, uma vez que a preferência será da ME/EPP;

8.16.4.7.1. Nesse caso, haverá sorteio apenas entre as empresas de maior porte, para definir as demais classificações, para convocação, caso a empresa ME/EPP seja inabilitada ou tenha sua proposta desclassificada ou ocorra a extinção do contrato;

8.16.4.8. Em caso de empate entre mais de uma empresa de porte ME/EPP e 01 (uma) empresa de porte diferente, somente participarão do sorteio as empresas de porte ME/EPP, para definição da classificação.

8.16.4.9. o resultado do sorteio se dará da seguinte forma: A medida em que for sendo sorteado o nome da empresa. Para isso, serão colocados os nomes das licitantes participantes do sorteio dentro de um envelope. Assim teremos: o primeiro nome a ser sorteado (retirado do envelope) será o vencedor; o segundo nome, o segundo colocado; o terceiro nome, o terceiro colocado, e assim por diante;

8.16.4.10. Para garantir lisura, transparência, credibilidade, teremos, pelo menos, duas testemunhas presenciais para acompanhamento e registro dos atos praticados;

8.16.4.11. Ao final, será registrado em ata o procedimento realizado e anexada aos autos.

8.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado, permanecer acima do preço máximo para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.17.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.18. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, envie a **PROPOSTA AJUSTADA (ANEXO 5)** ao último lance ofertado após a negociação realizada, **sob pena de desclassificação da proposta.**

8.19. A licitante deverá anexar, também Procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, do(s) representante(s) credenciado(s) com poderes para praticar qualquer ato, acompanhada da cópia autenticada do documento de identidade do representante da empresa, caso a proposta não tenha sido assinada pelo Representante Legal da empresa.

8.19.1. Todos os documentos apresentados na proposta são de responsabilidade do Licitante, sendo os modelos apenas referência.

8.20. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no item 8.18, nas seguintes situações:

I - Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro, desde que a solicitação fundamentada seja feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

II - De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta quanto à adequação ao objeto.

8.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação e de recebimento da proposta ajustada, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#),

legislação correlata e no item **3.2 do edital**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.
(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>) e
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.
(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de análise da proposta.

9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.7. Será desclassificada a proposta arrematante que:

9.7.1. contiver vícios insanáveis;

9.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima dos preços unitários estimados ou acima do preço total, do lote, definidos no **Anexo 2**, após a fase de lances/negociação.

8.7.3.1. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração do lote, após a aplicação do desconto ofertado.

8.7.3.1.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.7.3.1.1.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.7.5. apresentar desconformidade a proposta, em especial, não observar as quantidades constantes dos lotes, será considerada incorreta ou com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7.5.1 O ajuste de que trata o caput deste subitem se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas. Produtos que não atendam à especificação técnica, terão sua proposta desclassificada.

9.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante.

9.9. Será julgada vencedora a licitante que ofertar proposta com o MAIOR DESCONTO, por lote, for aceita, observados os unitários e que atenda todas as condições e exigências deste Edital e anexos.

9.10. Os resultados dos julgamentos serão divulgados por meio de mensagem no sistema e/ou indicação de link onde a íntegra do documento encontra-se disponível.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou na forma digital.

10.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.6. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, prorrogável por igual período, contado da **solicitação do pregoeiro**, sob pena de inabilitação da licitante.

10.9. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.9.1. Os documentos relativos à habilitação constantes deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.11. Em que pese a necessidade de envio dos documentos de habilitação, o Pregoeiro, nos termos do **Acórdão TCU nº 1211/2021** – Plenário, poderá realizar diligência, para comprovar condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, a fim de selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública.

10.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.13. O Pregoeiro poderá durante o julgamento da proposta, e análise da habilitação da empresa, ou em qualquer fase da licitação, promover quaisquer diligências julgadas necessárias, solicitando da licitante arrematante, documentos complementares que considerar que os dados das propostas ou dos documentos relativos a habilitação apresentados são insuficientes ou insatisfatórias, devendo ser apresentados, no prazo de, no mínimo, 01 (um) e, no máximo, 03 (três) dias úteis contados da convocação, a depender do que será solicitado. Podendo ser admitido pelo Pregoeiro a prorrogação do prazo por igual período, diante da complexidade da exigência.

9.13.1 - Caso não seja atendido a solicitação ou deixar de corrigir a proposta ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro** a proposta será desclassificada ou a empresa inabilitada, conforme previsto no caput deste subitem e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital;

10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10.16.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente restrição.

10.16.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.16.1.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 10.16.1.1 acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a emissão na nota de empenho, ou revogar a licitação.

10.17. Ressalvado o disposto no item 10.1 deste edital, a documentação, para **FINS DE HABILITAÇÃO**, será:

a) HABILITAÇÃO JURÍDICA, comprovada por meio de:

a.1) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

a.2) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

a.3) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

a.4) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

a.5) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

a.6) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

a.7) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

NOTA: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b) PROVA DE REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA, comprovada por meio de:

b.1) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, feita por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos (ou por meio Certidão Positiva com Efeito de Negativa) relativa a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

b.2) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal;

b.3) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou da sede do licitante. Esse documento, caso não traga explícito o prazo de validade, será considerado válido por 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão - **para todos os lotes.**

b.4) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou da sede do licitante. Esse documento, caso não traga explícito o prazo de validade, será considerado válido por 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão, **somente para o lote 1.**

Caso a licitante seja considerada isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

b.5) Certidão Negativa de débitos perante a Justiça do Trabalho, emitida pela Justiça do Trabalho.

c) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, comprovada por meio de:

c.1) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Esse documento, caso não traga explícito o prazo de validade, será considerado válido por **90 (noventa) dias** contados a partir da data de emissão.

c.2) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, no caso ou de sociedade simples.

d) HABILITAÇÃO TÉCNICA comprovada por meio de:

d.1) Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade

tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

d.1.1) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

Para o lote 1 (grupo 1) (transporte de pessoas):

- a) operação com, pelo menos, 1 veículo tipo van/micro-ônibus/ônibus, com capacidade mínima de 15 assentos, em evento institucional ou deslocamento organizado; **ou**
- b) realização de percurso total igual ou superior a 30 km em uma única ordem de serviço, admitidos múltiplos trechos urbanos que somem esse valor; **ou**
- c) prestação de, no mínimo, 1 diária de veículo com motorista, com atendimento integral da jornada prevista.

I - Para o Grupo 1, o somatório de atestados é vedado, observando-se que, no caso da alínea “b”, os múltiplos trechos urbanos que admitem somatória devem estar presentes no mesmo atestado.

NOTA: No caso do Grupo 1, as exigências alternativas de atestado justificam-se pelo fato de que o mais importante é comprovar a experiência no ramo do objeto. Além disso, a prestação pode envolver a diária do veículo com motorista e número de passageiros ou, quando for o caso de deslocamento para o interior do Estado, o pagamento por km rodado. Sobre as alíneas 'a' e 'c', pedimos apenas o mínimo (1 veículo ou 1 diária). Sobre a alínea 'b', utilizamos como parâmetro a distância de 30 km porque o esperado é que a maior parte da demanda de transporte se dê na Grande Vitória e tenha como origem ou destino a Sede do TRT-17.

Para o lote 2 (grupo 2) (Audiodescrição - AD):

- a) Comprovação de prestação de audiodescrição ao vivo (simultânea) e/ou gravada, em eventos/cinema/teatro/solenidades públicas ou privadas, perfazendo ao menos 10 (dez) horas, permitido o somatório de atestados para se chegar à carga horária mínima.

NOTA: Entende-se que a exigência mínima de 10h de AD é proporcional, pois inferior a 50% do quantitativo que será registrado na ARP (aderência aos limites da Lei n.º 14.133/2021).

- b) **indicação das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto**, independentemente de titularidade (próprios, locados, arrendados, cedidos ou disponibilizados por terceiros), devendo a disponibilidade ser demonstrada por documentos idôneos (p. ex., contratos de locação/cessão, cartas de intenção ou declarações de disponibilidade do fornecedor/parceiro).

NOTA: A exigência de propriedade de equipamentos como requisito de habilitação é vedada, bastando comprovar sua disponibilidade para execução contratual, conforme art. 67, III, da Lei 14.133/2021.

Para o lote 3 (grupo 3) (Cerimonial, fotografia e ornamentação):

- a) **comprovação de organização/condução de eventos institucionais (solenidades de entrega de comendas, posse, congressos, seminários, etc.), demonstrando ao menos 10 (dez) eventos em que foram desempenhados os serviços de coordenação de cerimonial**, permitido o somatório de atestados para se chegar ao quantitativo mínimo exigido.

NOTA: A exigência restringe-se ao núcleo do objeto (cerimonial), pois os demais componentes (recepção, fotografia e ornamentação) podem ser subcontratados, de acordo com o item 4.6 deste TR. O quantitativo de eventos (10) é, com segurança razoável, inferior a 50% da quantidade prevista na ARP.

d.1.2) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d.1.3) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

d.1.4) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade

econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

d.1.5) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

d.1.6) A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

d.1.7) Qualificação Técnico-Profissional

A licitante deverá indicar os profissionais-chave por meio de declaração de disponibilização, acompanhada de currículo resumido e comprovação de experiência específica por atestados/declarações de pessoas jurídicas de direito público ou privado OU por portfólio quando cabível, admitindo-se comprovação cumulativa. A experiência pode ter sido adquirida em outra empresa. Substituições deverão manter equivalência técnica e ser previamente comunicadas à fiscalização:

d.1.7.1) Lote 1 (Grupo 1) (Transporte de pessoas): dispensa-se indicação de profissional para fins de habilitação, sem prejuízo da obrigação de, na execução das OS, disponibilizar motoristas legalmente habilitados e capacitados, bem como responsável operacional para comunicação com a fiscalização;

d.1.7.2) Lote 2 (Grupo 2) (Audiodescrição – AD): indicação de 1 (um) profissional responsável técnico (audiodescritor ou coordenador/roteirista) com experiência compatível em audiodescrição ao vivo e/ou gravada;

d.1.7.3) Lote 3 (Grupo 3) (Cerimonial, fotografia e ornamentação): indicação de 1 (um) profissional com formação e/ou experiência em coordenação de eventos e cerimonial, e 1 (um) profissional para a função de mestre de cerimônias, ambos com experiência comprovada em no mínimo 10 (dez) eventos institucionais ou corporativos que exijam cumprimento de protocolo.

Nos grupos 2 e 3, a comprovação de vínculo entre o profissional e a licitante poderá ser feita por quaisquer meios admitidos no direito, como cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, ato constitutivo que comprove vínculo societário, contrato de prestação de serviços ou declaração de contratação futura.

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade

Disposições gerais sobre habilitação

Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

No caso de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

1) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

- 2) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 3) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 4) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 5) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 6) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - ata de fundação;
 - estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
 - última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

e) DECLARAÇÕES solicitadas nos **itens 5.3.2 a 5.3.4**, sendo verificadas na forma prevista do **subitem 10.4** deste Edital. (Essas declarações deverão ser registradas eletronicamente no sistema Compras.gov.br ao enviar a Proposta eletrônica, para que sejam serão extraídas no momento oportuno).

10.18. Os licitantes deverão informar, quando do envio dos documentos de habilitação, eventuais vínculos societários relevantes ou operações de cisão/fusão em curso.

10.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar os documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.20. Ainda que o SICAF substitua tais documentos, o pregoeiro poderá, via diligência, solicitar o documento elencado na **alínea “a” do item 10.17**, a fim de verificar quem tem poderes para assinar a proposta, conforme documento apresentado.

10.21. As pessoas jurídicas ou firmas individuais que credenciarem representantes, portadores de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, com poderes para praticar qualquer ato, deverão, também, apresentar cópia autenticada do documento de identidade do representante da empresa.

10.22. Serão aceitos documentos assinados digital, desde que o certificado seja disponibilizado pela ICP Brasil, dispensando, nesse caso, firma reconhecida em cartório.

10.22.1. No caso de E-CNPJ não se faz necessária a apresentação do instrumento que dê poderes para assinar em nome da empresa, uma vez que se entende que a empresa está representada;

10.22.2. No caso e E-CPF se faz necessária a apresentação de instrumento que demonstre que a pessoa que delegou poder para assinar documentos em nome da empresa, tinha poderes para tal.

10.22.3. Em qualquer dos casos, poderá ser realizada diligência, de forma a não se excluir licitantes, por esse motivo.

10.23. Serão desprezadas informações constantes da proposta, se incompatíveis com as exigências deste edital, desde que tais informações não devessem originariamente constar da oferta. Assim, caso tenha havido, por exemplo, indicação de prazo de validade da proposta inferior ao estabelecido no edital, o Pregoeiro desprezará tal informação. Para tanto, o Pregoeiro registrará na Ata de Julgamento a ocorrência da falha e sua correção.

10.24. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **30 (trinta) minutos**.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Sanções por atos praticados pelo licitante no decorrer da licitação, antes da efetivação da contratação:

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, bem como as diretrizes dispostas no Ato TRT 17ª PRESI nº 49/2024, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.1.1. multa;

12.1.2. impedimento de licitar e contratar com a União; e

12.1.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame, referente à análise de proposta ou habilitação;

12.2.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.2.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; ou

12.2.2.2. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.2.2.3. Retornar ao certame, após a exclusão da proposta pelo pregoeiro, no sistema, e não manter a proposta, de forma a comprometer a etapa fechada de lances.

12.2.3. não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.2.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.2.5. fraudar a licitação;

12.2.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.2.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.2.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.2.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.2.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.3. Para as infrações previstas nos itens 12.2.1, a **multa** será de **2% (dois por cento)**, incidente sobre valor total, da última proposta apresentada no certame, do respectivo lote.

12.4. Para as infrações previstas no item 12.2.2 e 12.2.3, a **multa** será de **5% (cinco por cento)**, incidente sobre o valor total da última proposta apresentada no certame, do respectivo lote.

12.5. Para as infrações previstas nos itens 12.2.4 a 12.2.8, a **multa** será de **30% (trinta por cento)** do valor da última proposta apresentada no certame.

12.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

12.8. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3

quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo de **3 (três) anos**, observadas as dosimetrias mínimas a seguir estabelecidas:

I - Não celebrar o contrato: **6 (seis) meses**;

II - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação: **6 (seis) meses**;

III - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: **3 (três) meses**;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: **3 (três) meses**; e

V - Retornar ao certame, após a exclusão da proposta pelo pregoeiro, no sistema, e não mantiver a proposta, de forma a comprometer a etapa fechada de lances: **6 (seis) meses**;

12.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.2.4 a 12.2.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/202.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. As condutas praticadas durante a vigência do contrato, passíveis de penalidades, estão previstas no título 8 do **Anexo 1** – Termo de Referência.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento **deverão** ser realizados por forma eletrônica, *pelo e-mail* licitacoes@trt17.jus.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DA EFETIVAÇÃO DO CONTRATO

14.1. As contratações serão efetivadas por meio de emissão de Nota de Empenho.

Condições para a emissão de nota de empenho

a) Comprovação de:

a.1) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004.

a.2) Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

Nota: A comprovação da condição estabelecida na alínea “**a.1**” deste inciso será certificada nos autos pelo Núcleo de Licitações (NULIC), após consulta ao referido cadastro; e a estabelecida na alínea “**a.2**” deste inciso se dará mediante a apresentação, de Declaração pertinente da licitante vencedora, conforme modelo do **ANEXO 7** do Edital.

b) Manter os documentos exigidos para habilitação válidos. Caso não seja possível ao TRT atualizá-los via Internet, a Contratada deverá providenciar sua atualização e apresentá-los a COMLOG – Coordenadoria de Material e Logística deste Tribunal, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação;

c) Não ter registro no CADIN; e

d) Estar em situação regular no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), e com a certidão negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, emitida pelo CNJ.

15. DA CONSULTA AO CADIN E IMPEDIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

15.1. O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT-17) realizará consulta prévia ao CADIN antes da convocação para assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, nos termos do artigo 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

15.1.1. Havendo pendência no CADIN, a adjudicatária será notificada, para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, comprovar a regularização da situação.

15.1.2. A não regularização da situação no CADIN será interpretada como recusa da empresa em formalizar o ajuste, ficando o responsável sujeito às seguintes sanções, a serem aplicadas em regular processo administrativo sancionador, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do Ato PRESI N.º 49/2024, ou de outro que o substitua, e da Lei n.º 9.784/1999:

15.1.2.1. Perda do direito à assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente;

15.1.2.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021; e

15.1.2.3. Registro da ocorrência no SICAF.

15.1.3. Permanecendo a pendência no CADIN, será aplicada a regra geral de convocação da segunda colocada ou das subsequentes, conforme previsto no instrumento convocatório e na legislação vigente.

15.2. A consulta ao CADIN será realizada, também, previamente a aditamentos contratuais, incluindo prorrogações de prazo e alterações de objeto.

15.2.1. A existência de registro no CADIN impedirá a formalização de aditivos, com exceção de aditivos que decorrem do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

15.2.2. A critério da Administração, pode ser concedido prazo para a regularização.

15.2.3. Mantida a irregularidade, a Administração pode, mediante decisão motivada, avaliar a rescisão contratual, conforme a legislação vigente e os impactos na continuidade da prestação do serviço ou do fornecimento.

15.3. Na contratação por Sistema de Registro de Preços, após a homologação do certame, será realizada consulta ao CADIN e, constatando irregularidade, será a beneficiária da ATA notificada informando a existência de pendência e para que solucione, sob pena de ser impedida de celebrar a contratação ou emitir a Nota de Empenho, nos termos do Art. 6º-A da Lei 14.973/2024.

15.3.1. A pendência identificada no CADIN não será impedimento à assinatura da Ata de Registro de Preços.

15.3.2. Antes da formalização dos contratos ou instrumentos equivalentes que decorrem da ARP, será realizada nova consulta ao CADIN e, em existindo pendências, será a beneficiária da ARP notificada para que comprove a regularização, no prazo de até 10 dias úteis, sob pena de não ser formalizada a contratação.

16. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e CADASTRO DE RESERVA.

16.1. DA FORMALIZAÇÃO DA ARP

16.1.1. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro dos itens constantes **do Anexo 2** do Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.1.2. O **prazo de vigência da** Ata de Registro de Preços será **de 01 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, renovando-se as quantidades estimadas, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

16.1.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

16.1.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16.2. DO CADASTRO DE RESERVA

16.2.1. Após a **divulgação da habilitação e transcorrido o prazo, e, se houver recurso após sua decisão**, será convocado os demais licitantes para convocado no prazo de até **24(vinte e quatro) horas, para** manifestar seu interesse em participar do **cadastro de reserva, e** será incluído na ata, na forma de anexo, o registro, no caso:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original

16.2.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

16.2.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

16.2.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

16.2.3 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

16.2.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

16.2.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

16.2.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

16.2.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

16.2.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Após a homologação do certame, fica a adjudicatária ciente de que, será efetuado consulta ao **CADIN (Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público**

federal) e, constatando irregularidade, será **notificada** informando a existência de **pendência** e para que solucione, sob pena de ser impedida de celebrar (emitir a Nota de Empenho), nos termos do Art. 6º-A da Lei 14.973/2024.

17.1.1. Antes da **efetivação de cada contrato**, persistindo as pendências, será novamente notificada, sendo-lhe concedido o prazo de **até 10 (dez) dias úteis** para comprovar a regularização da situação.

17.1.1.1 Será realizada, ainda, consulta ao CADIN em eventuais aditivos contratuais e, caso verificadas pendências naquele Cadastro, será a contratada notificada para que comprove a regularização, no prazo de **até 10 dias úteis**, prorrogáveis a critério da Administração, sob pena de não celebração do respectivo aditivo.

17.2. A pendência identificada no CADIN **não será impedimento** para proceder a assinatura da Ata de Registro de Preços. Considerando que a assinatura de ambas as partes será por meio de assinatura digital, e, para viabilizar deverá seguir os procedimentos indicados nos itens que seguem:

17.2.1 - A adjudicatária deverá, **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados do recebimento da notificação, cadastrar-se como usuário externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do TRT-17, preenchendo o formulário que consta do link a seguir: https://sei.trt17.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0.

17.2.2. O prazo de convocação do item anterior é prorrogável 1 (uma) vez, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei n.º 14.133, de 2021, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.2.3. Após o cadastro, a adjudicatária receberá um e-mail automático, solicitando que envie a relação de documentos abaixo à Seção de Atendimento e Apoio ao Fórum de Vitória (SEAT), nos termos do Ato TRT 17.^a PRESI N.º 110/2022:

Art. 27-A – Após o preenchimento do cadastro de usuário externo, o interessado deverá encaminhar para o e-mail seat@trt17.jus.br cópias digitalizadas dos seguintes documentos:

- a) Documento de identificação civil ou profissional*
- b) Documento de Cadastro de Pessoa Física – CPF*
- c) Comprovante de residência (conforme preenchido no formulário), emitido há, no máximo, 3 (três) meses anteriores à data de preenchimento do cadastro;*
- d) Procuração pública, se for o caso.*
- e) Termo de Declaração de Ciência e Concordância.*

§1º Serão admitidas com força de originais os documentos digitalizados solicitados acima e encaminhados por e-mail.

§2º O Tribunal poderá solicitar outros procedimentos, em caso de ilegitimidade ou inviabilidade técnica de verificação da documentação encaminhada por e-mail.

§3º Para os efeitos deste Ato, considera-se autenticação administrativa a autenticação de cópia de documentos feita, por meio de cotejo da cópia com o documento original pelo servidor público a quem o documento seja apresentado.

§4º A apresentação dos documentos referidos nas alíneas "a", "b", e "c" do caput deste artigo será dispensada pelo usuário externo mediante procedimento que assegure a inequívoca identificação do interessado pela Seção de Atendimento e Apoio (SEAT), por outros meios e documentos disponíveis.

Art. 27-B - O credenciamento de usuário externo ficará pendente de liberação no caso de não apresentação de documentação obrigatória ou de não atendimento a exigências desta norma.

Parágrafo único - A Seção de Atendimento e Apoio ao Fórum de Vitória poderá realizar a exclusão dos cadastros pendentes de liberação, após 3 (três) meses, sem prejuízo de o usuário realizar novo cadastro."

17.3. Encerrada a fase do cadastramento descrita **nos itens 17.2.1 a 17.2.3**, o NULIC convocará novamente o representante cadastrado da empresa vencedora para, no prazo **de até 2(dois) dias** úteis assinar a Ata de Registro de Preços.

17.3.1 O não atendimento imotivado dos procedimentos elencados neste item configurará recusa injustificada em assinar a ARP, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o licitante vencedor às cominações legais, nos termos do art. 90, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.4. Excepcionalmente, mediante avaliação de conveniência e oportunidade por parte do TRT-17, os procedimentos de assinatura da ARP podem se dar de forma distinta da prevista nesta seção.

17.5. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer cláusulas da ARP que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

17.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços nas condições e no prazo estabelecido no **item 17.3**, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.8. É condição para assinatura da ARP:

a) **Comprovar** as seguintes condições:

a.1) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004.

a.2) Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149

do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

Nota: A comprovação da condição estabelecida na alínea “a.1” deste inciso será certificada nos autos pelo Núcleo de Licitações (NULIC), após consulta ao referido cadastro; e a estabelecida na alínea “a.2” deste inciso se dará mediante a apresentação, de Declaração pertinente da licitante vencedora, conforme modelo do **Anexo 7** do Edital.

b) Manter os documentos exigidos para habilitação válidos. Caso não seja possível ao TRT atualizá-los via Internet, a Contratada deverá providenciar sua atualização e apresentá-los a COMLOG – Coordenadoria de Material e Logística deste Tribunal, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação;

c) Estar em situação regular no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), e com a certidão negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, emitida pelo CNJ.

17.9. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer cláusulas do Contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

17.10 A partir da assinatura da ARP, o Beneficiário se obriga a atender aos pedidos de fornecimento do Gerenciador e ao cumprimento de todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis neste edital e anexos, em caso de descumprimento.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O CNPJ do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região é 02.488.507/0001-61.

18.2. No portal deste Regional, há uma **cartilha de orientações a fornecedores**:

Link:<https://www.trt17.jus.br/documents/237396/4396159/Cartilha+de+orienta%C3%A7%C3%B5es+a+fornecedores.pdf/454b15b5-a086-a2d9-9815-389dad38ffe?version=1.0&t=1764279380770>

18.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.11. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema **Compras.gov.br** e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

18.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal do Tribunal Regional do Trabalho 17ª Região (<https://www.trt17.jus.br>).

18.13. A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

18.14. Para todos os efeitos fazem parte integrante desta contratação os documentos a seguir relacionados:

a) Edital do Pregão Eletrônico 90.002/2026 realizado pelo TRT da 17.^a Região, com todos os seus anexos; e

b) A proposta e seus anexos apresentados pela licitante vencedora.

18.14. Os casos omissos serão resolvidos com base na [Lei nº 14.133, de 2021](#) e demais normas aplicáveis à espécie.

18.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- **ANEXO 1** - Termo de Referência;
- **ANEXO 1A** - Modelo de ordem de serviço – GRUPO 1 (LOTE 1);
- **ANEXO 1B** - Modelo de ordem de serviço – GRUPO 1 (LOTE 1);
- **ANEXO 1C** - Modelo de ordem de serviço – GRUPO 1 (LOTE 1);
- **ANEXO 2** - Estimativa de Preços;
- **ANEXO 3A** - Termo de Recebimento Provisório – GRUPO 1 (LOTE 1);
- **ANEXO 3B** - Termo de Recebimento Provisório – GRUPO 2 (LOTE 2);
- **ANEXO 3C** - Termo de Recebimento Provisório – GRUPO 3 (LOTE 3);
- **ANEXO 4** - Termo de Recebimento Definitivo – (para todos os lotes);
- **ANEXO 5** - Modelo de formulário de proposta;
- **ANEXO 6** - Como elaborar a proposta;
- **ANEXO 7** - Declaração de Conformidade com o ATO CSJT.GP.SG.SEGGEST N.º 71, DE 10 DE SETEMBRO DE 2025, que aprovou a 4.^a edição do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, referente ao combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo;
- **ANEXO 8** – Minuta da ARP.

18.16. DOCUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO:

- Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- Pesquisa de preços.

19. DO FORO

19.1. Para dirimir todas as questões oriundas da licitação e das contratações, é competente o Juízo Federal da cidade de Vitória - Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitória-ES, 25 de maio de 2026

Genésio Rosas Britto
Pregoeiro